

Revisão de literatura da produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade

Literature review of national behavioral analytical production on gender and sexuality

Felipe Augusto Monteiro Cravo^{1,2}, Ana Cláudia Moreira Almeida-Verdu^{1,3}, Florêncio Mariano Costa-Junior^{1,4,5}

[1] Universidade Estadual Paulista(UNESP) [2] Universidade de Sorocaba (UNISO) [3] Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE) [4] Faculdades Integradas de Bauru [5] Instituto de Análise do Comportamento de Bauru (IACB) | **Título abreviado:** Revisão de Literatura sobre Sexualidade e Gênero | **Endereço para correspondência:** Felipe Cravo – Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo, 14-01 Vargem Limpa – Bauru/SP CEP:17033-360 (LADS – Laboratório de Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde) | **Email:** felipeamcravo@gmail.com | **doi:** org/10.18761/a52affa6

Resumo: A Análise do Comportamento tem sido apontada como distante das discussões sobre diversidade humana em suas múltiplas categorias sociais (e.g., raça, classe, gênero, sexualidade). O objetivo desta revisão de literatura foi investigar a produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade em periódicos específicos da área e em coletâneas da Associação Brasileira de Ciências do Comportamento (ABPMC). Utilizou-se as diretrizes PRISMA para localização e seleção dos artigos para revisão. A busca resultou em 26 produções organizadas em duas categorias “sexo e saúde sexual” (n=5) e “gênero e sexualidade” (n=21) que incluem pesquisas teóricas, experimentais, revisões de literatura, e estudos de caso. Identificou-se crescente publicação de pesquisas em análise do comportamento sobre sexualidade e gênero. Todas as produções buscaram identificar, descrever e investigar as variáveis das quais as categorias gênero e sexualidade são funções. As produções encontradas indicaram a necessidade de ampliar as investigações analítico-comportamentais acerca dos temas, estabelecendo a diversidade humana como variável importante para as ciências do comportamento.

Palavras-chave: gênero; sexualidade, Análise do Comportamento, revisão de literatura

Abstract: Behavior Analysis has been pointed out as distant from the discussions on human diversity in its multiple social categories (e.g., race, class, gender, sexuality). The objective of this literature review was to investigate the Brazilian behavioral-analytical production on gender and sexuality in specific journals of the area and in the collections of the Associação Brasileira de Ciências do Behavior (ABPMC). PRISMA guidelines were used to locate and select articles for review. The search resulted in 26 productions organized in two categories “Sex and sexual health” (n=5) and “Gender and Sexuality” (n=21) that include theoretical and experimental research, literature reviews, and case studies. It was identified a growing insertion of research in the behavior analysis about gender and sexuality. The productions aim identification, description, and investigation on variables which categories gender and sexuality are functions. The productions found indicated the need to expand investigations on themes like gender and sexuality, establishing human diversity as an important variable for behavioral sciences.

Keywords: gender, sexuality, Behavior Analysis, literature review

Introdução

O atraso, incipiência ou pouco destaque da Análise do Comportamento (AC) em comprometer-se com movimentos sociais (Ruiz, 1998; Szabo, 2020) pode implicar na leitura que a sociedade faz das contribuições desta ciência atualmente (Baires & Koch, 2019; DeFelice & Diller, 2019; Szabo, 2020), fortalecendo a desconfiança que a AC tem recebido por pesquisadores e militantes sobre temas como gênero e sexualidade (Costa-Júnior, 2020).

Críticas a profissionais e pesquisadores reconhecidos pela AC se devem a realização de intervenções antiéticas, anticientíficas e contrárias a epistemologia comportamentalista radical por meio de “terapias” de reversão de comportamentos não-confórmicos¹ de gênero e de desejo publicados na década de 1970 (Costa-Júnior, 2020). Em 2020 houve explícito posicionamento do JABA (*Journal of Applied Behavior Analysis*) contra as práticas destes pesquisadores (SEAB & LeBlanc, 2020), reforçando a argumentação de analistas do comportamento que se posicionaram contrários a “terapia” de reversão (Nordyke et al., 1977) quando estas foram apresentadas na década de 1970 (Capriotti & Donaldson, 2022).

De acordo com Skinner (1953/2003, 1974/2006, 1978, 1991) uma ciência do comportamento deve contribuir para criar e manter práticas sociais benéficas à comunidade humana. Holland (1989) apontou sobre a necessidade de utilizar a AC para resolver problemas sociais e não os produzir ou mantê-los. Outras/os autores/as apresentam possíveis contribuições da AC como uma ciência engajada na transformação social contra as injustiças e opressões mantendo coerente relação com a filosofia comportamentalista radical (Baires & Koch, 2019; Carrara et al., 2013; Couto & Dittrich, 2007; DeFelice & Diller, 2019; Mizael & Pinheiro, 2019; Ruiz, 1995, 1998, 2003; Silva & Laurenti, 2017).

1 Os termos “não-confórmico” e “não-normativo”, serão utilizados neste artigo como sinônimos de adjetivos a performances de gênero e sexualidade que não correspondem às regras sociais descritivas e prescritivas vigentes. Deste modo, tem-se que o padrão cisgênero e heterossexual como regras compulsórias (coercitivas) para todas as pessoas implicando em um sistema cisheteronormativo.

No Brasil, relatórios e dossiês apresentam altas taxas de violências à comunidade LGBTQIAP+ vividas dentro de casa, na escola e em espaços públicos (ANTRA, 2022). O preconceito e a discriminação a pessoas não-confórmicas configura-se como uma prática social estabelecida no país, e necessita de modificação em prol de justiça social. Conforme destacam Conine et al. (2022) mudanças culturais requerem ações de múltiplas organizações sociais como pesquisadoras/es, profissionais e militâncias. Tem sido apontado que as ciências do comportamento devem explicitar suas práticas de suporte a pessoas LGBTQIAP+ e ampliar a representatividade dentro de suas instituições (Baires & Koch, 2019; Szabo, 2020). Portanto, o foco deste artigo foi revisar a produção nacional em Análise do Comportamento sobre gênero e sexualidade.

Gênero

Investigações sobre as opressões baseadas em gênero e sexualidade estão sendo construídas sob diversas perspectivas em áreas como História (Scott, 1990/1995), Filosofia (Butler, 2003/2015; Foucault, 1999, 1978; Chauí, 1984), Sociologia (Saffioti, 2015), Literatura (Wittig, 1980; Rubin, 1975/2017) e Pedagogia (Junqueira, 2013; Louro, 1997, 2018). Autoras/es como Ruiz (1998, 2003), Couto e Dittrich (2017) e Mizael (2019) propõem que a AC pode contribuir e receber contribuições significativas ao aproximar-se de perspectivas feministas devidos às posições anti-mentalistas (i.e., comportamento não pode ser explicado como produto de eventos mentais), anti-universalistas (i.e., a análise e interpretação do comportamento deve estar relacionada aos valores e práticas específicas de cada cultura) e propositivas para transformações sociais.

Gênero, masculino e feminino, configura-se como um sistema normativo socioculturalmente construído, arbitrário e binário, baseado nas diferenciações anatomofisiológicas entre machos e fêmeas (Connel & Pearse, 2015). As normas de gênero ocidentais surgiram e se mantêm com vistas à organização e controle social (Rubin, 2017), relacionando como inferiores o gênero feminino e outras possibilidades de gênero não contempladas pelo binarismo (e.g., não-binariedade, travestilidade). Por fim, o sistema de gênero transforma a diferença e a diversidade humana em desigualda-

de, exclusão e opressão. Os estudos de gênero buscam investigar as relações de poder entre sujeitos e instituições sociais (Louro, 1997), ou na linguagem skinneriana sujeitos e agências de controle (Skinner, 1953/2003). Correntes atuais do feminismo têm inserido outras variáveis para analisar as desigualdades de gênero como raça, classe, idade, nacionalidade, orientação sexual, religiosidade etc. (Louro, 1997, 2018, 2019; hooks², 2019; Davis, 1981/2016; Gonzalez, 2016; Carneiro, 2011, Anzaldúa, 1981/2000; Oyěwumí, 2017).

De uma perspectiva analítico-comportamental o processo de discriminação entre masculino e feminino deriva de frequentes treinos discriminativos entre classes de comportamentos e estímulos definidos e agrupados arbitrariamente pela cultura (Ruiz, 2000). Outras sociedades e culturas apresentam formas diferentes de ordenação de gênero (Fry & McRay, 1985; Owěyume, 2017). Agências de Controle como Família, Estado, Igreja, Ciência, Economia, Psicoterapia e outras, podem planejar contingências de reforçamento específicas para a manutenção e/ou supressão de comportamentos atribuídos às categorias masculino e feminino. Em especial, a Psicoterapia como agência de controle tem contribuído para a manutenção de classes de respostas atribuídas aos gêneros masculino e feminino, seja por negligência, seja por influência de práticas culturais.

Sexualidade

Desde o final do século XIX desenvolveu-se um campo científico nomeado de sexologia com vistas a investigar os comportamentos sexuais, taxonomizando-os, mensurando excessos e déficits, e estabelecendo critérios normativos que definem “normalidade” (i.e., cisheterossexualidade e monogâmica) e seus desvios (Quinhalha, 2022; Foucault, 1988). Estas interpretações ainda são vistas atualmente em manuais terapêuticos com vieses normativos (Cavalcanti & Cavalcanti, 2012; Kaplan, 1974).

A sexualidade humana, por sua vez, pode ser descrita como uma vasta classe de comportamentos, públicos e privados, mantidas por reforçado-

res naturais e/ou sociais como afeto, prazer, sociabilidade (Mallot, 1996; Brasil, 2018; Costa-Júnior, 2020). De acordo com Savin-Williams (2016) a sexualidade seria bem compreendida como um gradiente no qual as categorias discretas de identidades (i.e., heterossexual, homossexual, bissexual) se diluem. Para o autor a sexualidade está sob tentativa de captura arbitrária da lente das/os cientistas e de outras agências de controle, a partir de uma disputa conceitual que pouco se relaciona com a experiência subjetiva da sexualidade. Outra interpretação é oferecida por Bailey et al., (2016) que compreendem a sexualidade por meio de categorias discretas com características e limitações específicas entre as identidades (i.e., homo, hetero, bi).

Os conceitos “gênero” e “sexualidade” agrupam comportamentos, públicos e privados, multideterminados que de acordo com Costa-Júnior (2020) podem ser organizados em ao menos cinco dimensões: (1) corpo biológico e sua interpretação cultural, (2) práticas culturais, (3) dinâmicas e organizações políticas e ideológicas, (4) experiências ontogenéticas e (5) repertórios individuais de autoidentificação. Estas dimensões permitem que todos os comportamentos envolvidos sejam analisados a partir de seus determinantes filogenéticos, ontogenéticos e culturais.

Tem emergido nos círculos analítico-comportamentais nacionais a possibilidade de inserção desta ciência no debate acerca do patriarcado (Nicolodi & Arantes, 2019), do empoderamento feminino (Couto, 2019), do uso de ferramentas metodológicas advindas das ciências humanas na investigação de vieses raciais (Mizael, 2019) e vieses de gênero (Cravo et al., 2022), proposição de projetos em defesa da população LGBTQIAP+ (Fazzano & Gallo, 2015; Mussi & Malerbi, 2020), e interpretações teóricas e críticas sobre sexualidade e comportamentalismo radical (Costa-Júnior, 2020). No contexto internacional autores têm enfatizado a necessidade de a AC inserir-se nos debates conceituais e práticos em defesa e suporte a comunidade LGBTQIAP+ (Conine et al. 2022; Szabo, 2020).

Revisões de literatura podem oferecer sínteses sobre a postura frequentemente adotada pelas/os cientistas, evidenciando lacunas existentes com vistas ao incentivo de avanços na área (Marconi & Lakátos, 2011). Diante da vulnerabilidade da

2 A professora e escritora bell hooks faz uso político da grafia de seu nome em letras minúsculas, tal posição será respeitada neste artigo.

comunidade LGBTQIAP+ no Brasil devido aos marcadores sociais de gênero e sexualidade e do potencial conceitual e prático da AC em desenvolver ações afirmativas e de suporte a minorias sociais, o objetivo da presente revisão de literatura foi caracterizar e analisar a produção analítico-comportamental sobre gênero e sexualidade em periódicos científicos e coletâneas de textos produzidas pela ABPMC. Circunscreveu-se o escopo desta revisão em publicações nacionais atentando-se para a geografia da produção do conhecimento. Para tanto, após a busca e seleção dos artigos e capítulos categorizou-se todo material com base em seus objetivos, enfoques metodológicos e resultados. Ao final sumarizou-se as concepções teóricas, interpretações sobre gênero e sexualidade, lacunas e encaminhamentos sugeridos pelas produções.

Método

Esta é uma pesquisa de revisão narrativa de literatura (Marconi & Lakátos, 2011; Rother, 2007), organizada com base nas diretrizes PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) (Liberati et al., 2009).

Fase 1: Levantamento bibliográfico. As buscas ocorreram durante o ano de 2021 (janeiro a novembro) em quatro periódicos, sendo *Acta Comportamentalia*³, Revista Perspectivas em Análise do Comportamento, Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC) nos quais em seus escopos são aceitos artigos de análise do comportamento, e Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC) cujo escopo aceita artigos em análise do comportamento e de orientação cognitivo-comportamental. Tais periódicos foram escolhidos por (1) serem de acesso livre e gratuito, (2) apresentarem artigos em língua portuguesa, (3) aceitarem artigos baseados em ciência do comportamento, (4) já terem sido utilizados para outras revisões de literatura em temáticas socialmente relevantes (Mizael, 2018). Junto dos periódicos

duas coletâneas de textos brasileiros em Análise do Comportamento foram revisadas, “Sobre Comportamento e Cognição” (SCC) volumes do 1 ao 27 e “Comportamento em Foco” (CF) volumes do 1 ao vol. 12, tais publicações são editoradas e organizadas pela ABPMC (Associação Brasileira de Ciências Comportamentais) com capítulos em análise do comportamento e de orientação cognitivo-comportamental. Todo material foi produzido em Língua Portuguesa. Os descritores utilizados foram; “sexualidade”, “gênero”, “homossexualidade”, “transexualidade”, “bissexualidade”, “assexualidade”, “LGBT”, “feminismo” e “sexual”. Os descritores foram individualmente inseridos no espaço “buscar/pesquisar” dentro das interfaces *online* dos periódicos para busca em títulos e resumos. Após a localização dos artigos, optou-se por realizar uma inspeção visual dentro de todos os volumes dos periódicos. Nas coletâneas utilizou-se um sumário oferecido no site da ABPMC sob o título “Sumário Completo das coleções Comportamento em Foco e Sobre Comportamento e Cognição vol. 1 a 22”. Neste arquivo os descritores foram buscados individualmente por meio do recurso “Ctrl” + “f” junto de inspeção visual em todos os títulos encontrados nas coletâneas. As edições de CF do volume 5 ao 12 foram consultadas individualmente, pois seus índices não estavam inseridos no sumário da ABPMC até o momento desta revisão.

Fase 2: Seleção por meio de critério. Após a captação dos artigos, seus resumos (quando artigos de revistas científicas) ou o texto inteiro (quando capítulos das coletâneas SCC e CF) foram lidos na íntegra. Para compor a amostra desta revisão adotou-se como critério de inclusão, (a) textos teóricos, experimentais, revisões de literatura, e outros formatos textuais que abordassem sexualidade e gênero, (b) materiais disponíveis *online* em língua portuguesa, integral e gratuito. Como critérios de exclusão adotou-se (a) textos que não abordassem diretamente questões de gênero e ou sexualidade, (b) textos com vieses teóricos explícitos de outras abordagens (e.g., cognitivo-comportamental), (c) pesquisas sobre ciúmes e prostituição, (d) estudos sobre violência

3 O periódico *Acta Comportamentalia* é internacional, contudo, publica material em língua portuguesa com significativa contribuição de autoras/es brasileiras/os.

sexual e violência de gênero⁴. Os textos repetidos que apareceram mais de uma vez com descritores diferentes tiveram sua duplicata excluída. O conjunto final de artigos e textos foi organizado e integralmente lido para produção de fichamentos. A análise dos textos buscou identificar a compreensão teórica, a argumentação e as considerações acerca da sexualidade e gênero por meio da ótica comportamentalista radical.

Fase 3: Análise do material. A leitura integral das publicações encontradas permitiu que fossem identificadas duas categorias temáticas de acordo com seus temas principais, resultados e discussões. A Categoria I “sexo e saúde sexual” corresponde a materiais que abordam questões médicas e psicoterapêuticas sobre tratamentos relacionados a queixas sexuais (e.g., ejaculação precoce, disfunção erétil, anorgasmia), e pesquisas que utilizaram “sexo” como variável independente; a Categoria II “Gênero e Sexualidade”, agrupa materiais sobre gênero, compreendido enquanto uma categoria simbólica socialmente construída, e sexualidade como um conjunto de comportamentos (i.e., comportamento sexual, atração sexual, excitação sexual, desejos, fantasias e outros) multideterminados com referência aos três níveis de seleção. A sexualidade também foi compreendida a partir de categorias identitária auto-identificáveis como homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade, assexualidade, pansexualidade e outras.

4 Considerou-se inapropriado apresentar neste artigo pesquisas sobre violência sexual infantil, pedofilia e violência de gênero junto de análises genéricas, teóricas e aplicadas, sobre gênero e sexualidade. Esta decisão se deu porque as múltiplas formas de violência carecem de circunscrições, debates e análises específicas as quais excedem a capacidade e o escopo desta revisão. Os autores compreendem que uma revisão específica sobre violência (i.e., sexual, de gênero, doméstica) é importante devido sua relevância social.

Resultados

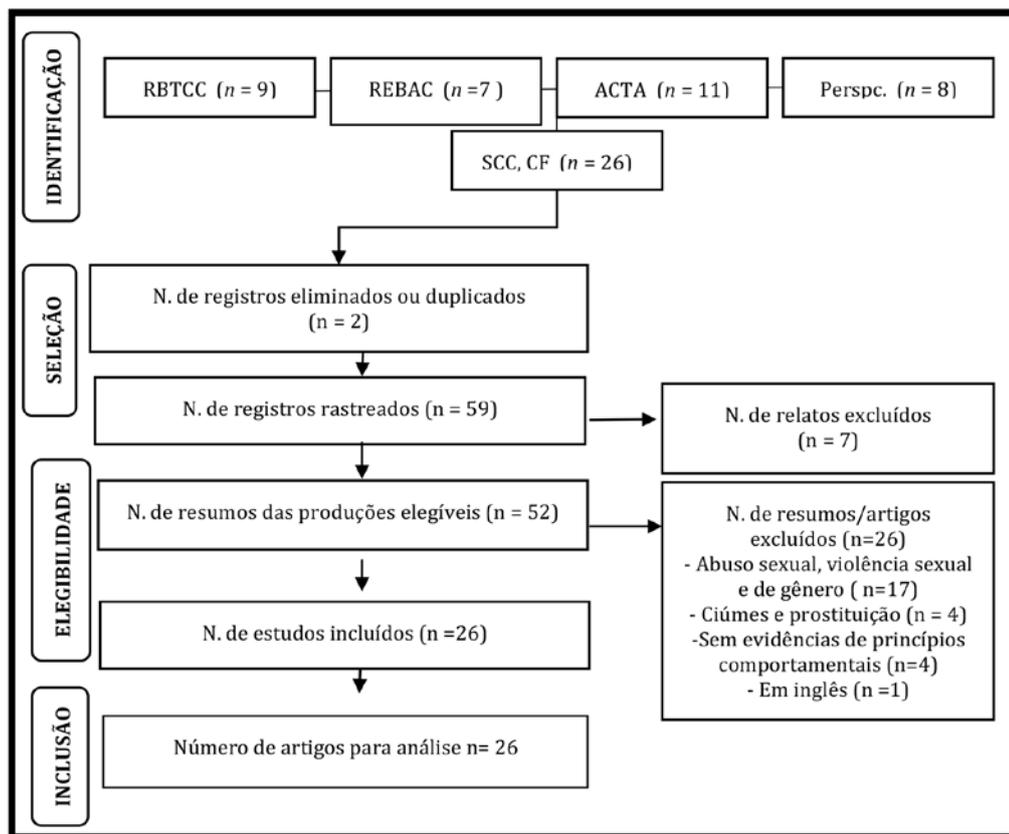
O caminho metodológico de busca nos periódicos e coletâneas, bem como as exclusões a partir dos critérios estabelecidos estão ilustradas na Figura 1. Inicialmente foram identificados 59 artigos e capítulos das coletâneas, após aplicados os critérios de exclusão e elegibilidade 26 produtos ($n=26$), artigos e textos foram selecionados para compor a amostra desta revisão

Desde 2014 há uma aceleração positiva (Figura 2, parte superior) na frequência acumulada de artigos publicados; mais da metade das publicações encontradas ($n=19$) são dos últimos 10 anos.

A Tabela 1 apresenta a lista de produções, o veículo (periódico ou coletânea), tipo de estudo (teórico, revisão, estudo de caso, experimental, documental) e a categoria de análise (Cat I ou Cat II). Foram identificados 11 (42,3%) capítulos em coletâneas SCC e CF, e 15 artigos (57,6%) em revistas científicas. Uma análise acerca das metodologias dos artigos encontrados mostra que 50% ($n=13$) são ensaios teóricos, 23% ($n=6$) revisões de literatura, 11,5% ($n=3$) estudos de casos, 11,5% ($n=3$) pesquisas experimentais e 3,8% ($n=1$) análise documental.

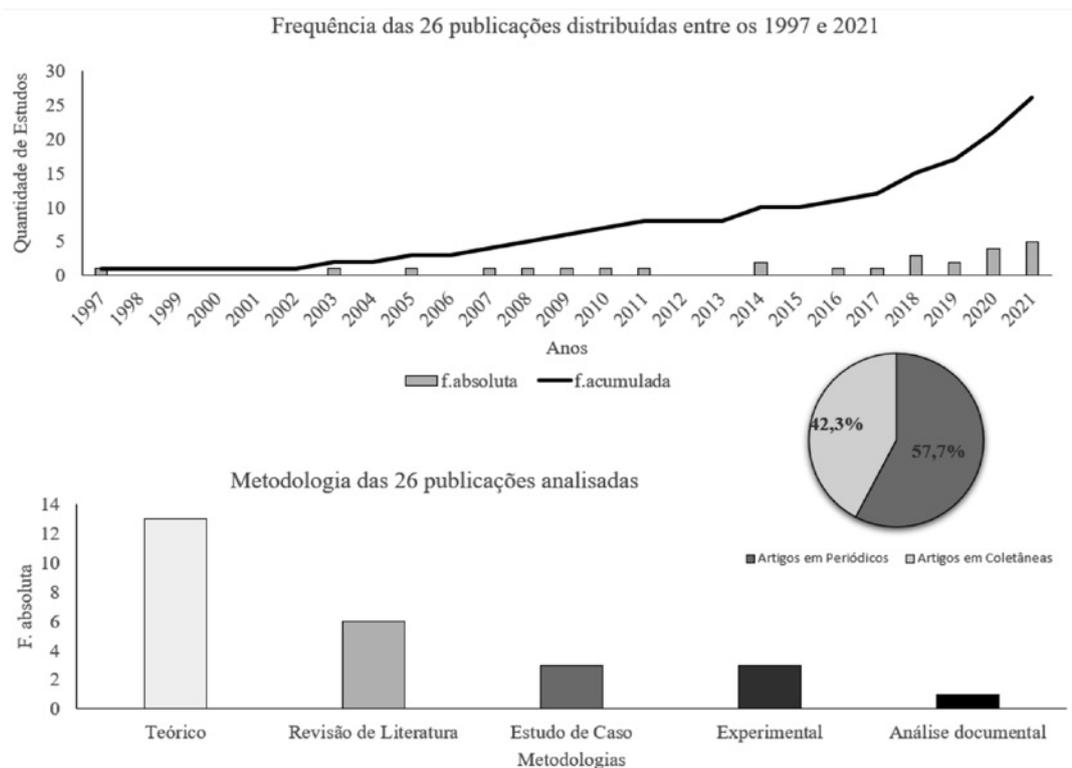
Estudos teóricos

Do conjunto de artigos teóricos encontrados 23% ($n=3$) compõem à categoria I e 76,9% ($n=10$) a categoria II. Em nenhum artigo sexualidade humana, práticas sexuais, expressões e identidades de gênero foram interpretados como predisposições internas inatas dos seres humanos, tampouco como patologias quando não correspondentes às determinações cisheteronormativas. As identidades sexuais e de gênero foram apresentadas por todas/os as/os autoras/es como categorias discretas organizadas socialmente e multideterminadas. Os estudos destacaram a interrelação entre operantes e respondentes como produto dos três níveis de seleção na aquisição, manutenção e modificação de comportamentos que correspondem ou não as normas de gênero e sexualidade socialmente estabelecidas (Lanoni, 1997; Silva et al., 2007; Silva & Laurenti, 2016). Assim identidades de gênero e identidades sexuais foram interpretadas como



Fonte: Elaborada pelos autores, 2021

Figura 1. Percurso metodológico baseado nas indicações PRISMA para busca, organização e seleção de materiais da revisão de literatura realizada entre março e novembro de 2021



Fonte: Elaborada pelos autores, 2021

Figura 2. Análise quantitativa das 26 publicações encontradas entre fevereiro e novembro de 2021

Tabela 1. Relação em ordem crescente de acordo com os anos de publicações das 24 produções encontradas para revisão de literatura entre fevereiro e novembro de 2021

	Autores(ano)	Nome do Artigo	Veículo	Metodologia	Categoria
1	Laloni (1997)	Exacerbação sexual	SCC, v. 3	Teórico	I
2	Sant'Ana (2003)	Identidade sexual e identidade de gênero	SCC, v. 12	Teórico	II
3	Menezes (2005)	Questões culturais na determinação do comportamento humano	SCC, v. 15	Teórico	II
4	Silva et al., (2007)	Terapia sexual sob a perspectiva analítico-comportamental	SCC, v. 19	Teórico	I
5	De Souza e Bueno (2008)	Do comportamento sexual à disfunção sexual: um estudo de caso	SCC, v. 21	Estudo de Caso	I
6	Arruda e de-Farias (2009)	Multideterminação de uma disfunção sexual: um breve estudo de caso	SCC, v. 24	Estudo de Caso	I
7	Brito e Bueno (2010)	Disfunção erétil: um ensaio sobre sexualidade masculina	SCC, v. 27	Estudo de Caso	I
8	Carvalho et al., (2011)	Tratamento dado ao tema "homossexualidade" em artigos do <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> : uma revisão crítica	REBAC	Revisão de Literatura	II
9	Walendorff et al., (2014)	O enfoque da análise experimental do comportamento a serviço da educação sexual: histórico e agenda	C.F, v. 3	Teórico	II
10	Batista et al., (2014)	Como compreender e intervir questões específicas do desenvolvimento infantil: birra, treino de toailete e sexualidade	C.F, v. 3	Teórico	II
11	Silva e Laurenti (2016)	B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: "a mulher" à luz do modelo de seleção pelas consequências	Perspectivas em AC	Teórico	II
12	Couto e Dittrich (2017)	Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo	Perspectivas em AC	Revisão de literatura	II
13	Sant'Ana et al., (2018)	Uma discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual no comportamentalismo radical	C.F, v. 9	Teórico	II
14	De Souza e Banaco (2018)	A prática cultural do sexting entre adolescentes: notas para a delimitação do objeto de estudo	Acta Comportamental	Teórico	II
15	Roseno e de Melo (2018)	Transferência de função e reorganização de classes de equivalência relacionadas a gênero e profissões	REBAC	Experimental	II
16	Mizael (2018)	Perspectivas analítico-comportamentais sobre a homossexualidade: análise da produção científica	Perspectivas em AC	Revisão de Literatura	II
17	Laurenti et al., (2019)	Participação das mulheres em atividades acadêmico-científicas de análise do comportamento no Brasil	Acta Comportamental	Análise documental	II
18	Porto (2020)	Devemos olhar para o sexo do sujeito para entender seu comportamento?	C.F, v. 10	Teórico	II
19	Mussi e Malermi (2020)	Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para pessoas lgbtqi+ sob uma perspectiva analítico-comportamental	RBTC	Revisão de Literatura	II
20	Fontana e Laurenti (2020)	Prática de violência simbólica da cultura de dominação masculina: uma interpretação comportamentalista	Acta Comportamental	Teórico	II

21	Fazzano et al., (2020)	Análise do comportamento e população lgbt: revisão das produções de pós-graduação no brasil	Perspectivas em AC	Revisão de Literatura	II
22	Bortoloti et al., (2021)	Investigação de vieses de gênero para brinquedos em adultos de duas faixas etárias por meio do implicit relational assessment procedure (IRAP)	Perspectivas em AC	Experimental	II
23	Teixeira et al., (2021)	Comparação entre medidas implícitas e explícitas na avaliação de casais homoafetivos e heteroafetivos	Perspectivas em AC	Experimental	II
24	Carneiro e dos Santos (2021)	Valores feministas na clínica comportamental: reflexões baseadas em bell hooks	Acta Comportamental	Teórico	II
25	Villa e Melo (2021)	Um mapeamento da sexualidade em B. F. Skinner	Acta Comportamental	Revisão de Literatura	II
26	Nicolodi e Hunziker (2021)	O patriarcado sob a ótica analítico-comportamental: considerações iniciais	REBAC	Teórico	II

Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

Legenda: SCC – Sobre comportamento e cognição; AC – Análise do comportamento, RBTCC – Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva, C.F – Comportamento em foco

contextualmente controladas e constituídas por três dimensões interdependentes, um corpo biológico (aspecto filogenético), uma pessoa (aspecto ontológico) e um *self* (aspecto cultural) (Sant’Ana et al., 2018). Dentre os artigos teóricos que discorreram sobre aspectos da sexualidade humana cinco estudos apontaram o controle cultural exercido pelas agências controladoras (Estado, Igreja, Educação, Ciência, Família, Psicoterapia) sobre o estabelecimento de práticas sexuais permitidas e não permitidas. Ademais as/os autoras/es indicaram que a modificação das contingências culturais aversivas e coercitivas para reforçadoras positivas são preponderantes para o desenvolvimento integral da sexualidade humana (Lanoni, 1997; Menezes, 2005; Silva et al., 2007; Sant’Ana, 2003; Sant’Ana et al., 2018; Walendorff et al., 2014; Batista et al., 2014; Fontana & Laurenti, 2020).

O artigo de Porto (2020) apresentou considerações baseadas em revisões de literatura sobre as diferenças no responder em tarefas experimentais entre machos e fêmeas humanas e não-humanas. A autora defende a necessidade de as pesquisas analítico-comportamentais, básicas e aplicadas, explicitarem o sexo das/os participantes e aumentarem o número de participantes fêmeas nas pesquisas. Segundo a autora o dado sobre o sexo das/os participante favorece a compreensão das dife-

renças e semelhanças de suas respostas em experimentos comportamentais. Além disso, amplia-se as variáveis independentes controladas em estudos intergrupais.

A pesquisa de Souza e Banaco (2018) investigou o “*sexting*” entre adolescentes. Esta modalidade de prática sexual se configura pelo compartilhamento *online* de materiais contendo explícito caráter sexual (i.e., fotos de genitais, textos com insinuações ou expressão de experiências sexuais). Os autores propuseram que compreender *sexting* por meio de conceitos como metacontingência ou macrocontingência favorece o desenvolvimento de intervenções protetivas a adolescentes que vivenciam suas experiências sexuais atualmente por meio de tecnologias de informação e comunicação.

Fontana e Laurenti (2020) descreveram como as práticas culturais contemporâneas sobreviveram e são mantidas por contingências caracterizadas pela “dominação masculina” (conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu). As autoras advertem para os efeitos da sobrevivência de práticas culturais machistas às custas da subordinação do gênero feminino a condições sociais desiguais. Carneiro e Santos (2021) apresentaram argumentos a favor de uma clínica comportamental orientada pelas propostas de análises interseccionais de bell hooks, as quais demandam cuidados na generalização de

dados e exigem representatividade na formação de grupos de participantes em pesquisas. Além disso, a interseccionalidade e o feminismo negro descrito por bell hooks apontam para o desenvolvimento de uma ciência engajada na transformação social para todas as pessoas. As autoras operacionalizaram oito valores feministas possíveis de serem contemplados na clínica comportamental. Por fim, defendeu-se o caráter político da prática clínica e os potenciais avanços éticos, metodológicos e epistemológicos que a AC teria ao ampliar seu diálogo com o feminismo interseccional.

Nicolodi e Hunziker (2021) utilizaram as ciências comportamentais e os princípios da interseccionalidade para descrever como o sistema social patriarcal afeta diferencialmente comportamentos de homens e mulheres na sociedade, permitindo a homens acesso a reforçadores e planejamento de contingências e excluindo as mulheres. As autoras salientam o “nó patriarcado-capitalismo-racismo” como configuração de poder que visa à exploração de um grupo (mulheres) por outro (homens). Destacou-se as possibilidades de interlocução entre feminismos, interseccionalidade e Análise do Comportamento na direção de ampliar as pesquisas nesta área e planejar intervenções culturais para modificação das situações opressivas.

As autoras Fontana e Laurenti (2020), Carneiro e Santos (2021) e Nicolodi e Hunziker (2021) apresentam diversos argumentos favoráveis para a articulação entre o comportamentalismo radical e teorias feministas no desenvolvimento de críticas sociais e propostas de modificação das opressões baseadas na divisão binária de gênero.

Revisões de literatura

Todas as revisões de literatura estão agrupadas na categoria II “Gênero e Sexualidade”. Couto e Dittrich (2017) encontraram oito artigos, dois publicados em periódicos nacionais e seis em periódicos internacionais os quais indicam a possibilidade de interlocução teórica entre o comportamentalismo radical e teorias feministas a partir de dois pontos de convergência: (1) postura antiessencialista (feminino e masculino compreendidos enquanto rótulos socialmente atribuídos à comportamentos) e, (2) compromisso com transformação social (os seres humanos, os grupos sociais e a cultura estão

em constantes interações, assim posturas machistas opressivas são passíveis de modificação por meio de arranjos sistemáticos de novas práticas culturais).

Carvalho et al., (2011), examinaram a compreensão e a interpretação sobre homossexualidade em artigos publicados no JABA (*Journal of Applied Behavior Analysis*) entre os anos 1968 e 2010. Nesta revisão os autores encontraram 10 artigos, metade (n=5) – todos anteriores à 1979 – compreendiam a homossexualidade como patologia/desvio da normalidade tendo como referência a heterossexualidade. Três artigos não apresentaram posição teórica clara e dois apontaram as práticas homossexuais como naturais e não patológicas. Mizael (2018) também analisou a compreensão sobre a homossexualidade em publicações analítico-comportamentais nacionais e internacionais, esta revisão resultou em quatro artigos para análise, todos posteriores a 1996. A autora não identificou artigos que apontassem explicitamente a homossexualidade enquanto patologia/desvio. Mussi e Malermi (2020) revisaram estudos sobre terapias afirmativas⁵ delineadas por meio da análise do comportamento. Os autores destacaram que o sofrimento relatado por pessoas não-heterossexuais decorre das pressões sociais e culturais vivenciadas, e não da orientação sexual *per se*. Nenhuma das pesquisas encontradas apresentou claro viés analítico-comportamental, indicando uma lacuna da área sobre o tema. Mussi e Malermi (2020) descreveram funcionalmente por meio do paradigma operante as características de uma terapia afirmativa analítico-comportamental.

A revisão de Fazzano et al., (2020) resultou em cinco dissertações de mestrado que abordaram questões referentes à população LGBT sob a ótica da Análise do Comportamento. Os autores verificaram que (1) as identidades sexuais e de gênero foram compreendidas como naturais e funcional-

5 “Psicoterapia Afirmativa” se baseia nas práticas multiculturais e na psicoterapia baseada em evidências (American Psychological Association, 2009). Com base nessas descobertas apresentadas no relatório, a Associação Americana de Psicologia (APA) sugere a seguinte estrutura para a aplicação apropriada de intervenções terapêuticas afirmativas para adultos: (a) aceitação e apoio, (b) a avaliação compreensiva, (c) enfrentamento ativo, (d) apoio social e (e) exploração e desenvolvimento de identidade (American Psychological Association, 2009).” (Costa-Júnior, 2020, p. 62).

mente relacionadas aos três níveis de seleção, e (2) diversidade metodológica entre as dissertações encontradas (i.e., análise de relatos verbais, análise documental, levantamento bibliográfico). Os grupos lésbicos e bissexuais, bem como os temas violências e intervenções para a comunidade LGBT não foram alvo das dissertações.

A última revisão encontrada (Villa & Melo, 2021) foi desenvolvida sobre as obras de Skinner com vistas a compreender como o autor se referiu à sexualidade humana. As autoras construíram nove categoriais para agrupar as interpretações sobre sexualidade a partir de Skinner, sendo as mais frequentes: comportamento sexual, reforço sexual e drive/privação saciação. Concluiu-se que Skinner não é claro sobre sua posição acerca da sexualidade humana e trata de modo indiferenciado conceitos como identidade e expressão de gênero. Villa e Mello (2021) advertiram que a incipiência do tratamento skinneriano sobre a sexualidade humana deve ser superada pelo desenvolvimento de novas pesquisas.

Estudos De Caso

Os três estudos de caso encontrados (Souza & Bueno, 2008; Arruda & de-Farias, 2009; Brito & Bueno, 2010) foram classificados como pertencentes a categoria I, “sexo e saúde sexual” pois, relataram tratamentos psicoterapêuticos para queixas sexuais. Ainda que os artigos descrevam tratamentos a queixas que são categorizadas como transtornos do sexo, as autoras destacaram o caráter sociocultural da sexualidade humana, sobretudo nas expectativas sociais acerca das repostas sexuais de homens (e.g., excitação, ereção, ejaculação). Nos três estudos de caso as repostas sexuais foram vistas como uma relação entre respondentes e operantes, e os tratamentos descritos buscaram por meio da análise de contingências, delinear, realizar e avaliar o tratamento psicoterapêutico. Esta postura indicou que sob a ótica da AC as dificuldades sexuais podem ser interpretadas contextualmente a partir da história de vida dos clientes e da cultura na qual estão inseridos.

No estudo de Souza e Bueno (2008) um homem de 47 anos passou por tratamento psicoterapêutico para a queixa de ejaculação precoce. Arruda e de-Faria (2009) descreveram o tratamento a um

homem de 42 anos com disfunção erétil. Brito e Bueno (2010) relatam o caso de um homem de 28 anos também com disfunção erétil. As três pesquisas fazem uso de técnicas psicoterapêuticas nomeadas como comportamentais e como cognitivo-comportamentais. As descrições dos casos (avaliação, tratamento e desfecho) foram baseadas em análise funcionais. Destaca-se que as aferições clínicas sobre os resultados positivos da psicoterapia deram-se por meio de relato verbal do paciente e resposta a escalas. Todos os casos apresentam um desfecho clínico favorável de remissão dos comportamentos-alvo determinados em contexto psicoterapêutico.

Além dos relatos de caso acerca do tratamento a queixas sexuais, Brito e Bueno (2010) teceram considerações sobre a masculinidade enquanto gênero socialmente construído. As autoras apontaram a relação entre as contingências aversivas controladoras dos comportamentos considerados masculinos, bem como os subprodutos destas contingências, enquanto preponderantes para compreensão de repostas sexuais operantes (e.g., frequente busca por relacionamentos sexuais) e respondentes (e.g., ereção, ejaculação).

Estudos Experimentais

Os três estudos experimentais encontrados pertencem a categoria II “Gênero e Sexualidade”. Roseno e Melo (2018) investigaram os efeitos de treinos de equivalência por DMTS (*Delay-Matching-To-Sample*) sobre repostas de reorganização de classes com estímulos socialmente nomeados como masculinos e femininos em profissões (i.e., doméstica, mecânico), adjetivos (i.e., organizada, competente) e estímulos arbitrários. Os 48 participantes foram dispostos aleatoriamente em três grupos, dois experimentais e um controle, e submetidos a arranjos de ensino por DMTS específicos. Identificou-se formação de classes de equivalência, porém parcial reorganização de classes. As autoras indicaram como hipótese o significativo efeito da história pré-experimental sobre os participantes ao aprenderem novas relações simbólicas de gênero.

Bortoloti et al., (2021) investigaram vieses de gênero sobre brinquedos (i.e., carrinho e boneca) e figuras de crianças (i.e., meninos e meninas) em dois grupos de participantes, jovens (18 a 25 anos) e adultos (40 a 60 anos). Os pesquisadores utiliza-

ram o “*Implicit Relational Assessment Procedure*” (IRAP) para aferir diferenças entre vieses implícitos de gênero em ambos os grupos. Os resultados indicaram vieses de gênero consistente para as relações “carrinho-menino” e “boneca-menina” tanto em participantes jovens como adultos, entretanto somente o grupo de adultos apresentou significativo viés negativo para relações “boneca-menino” e “carrinho-menina”. Outra medida extraída pelo IRAP é a força do viés, que foi maior para o grupo de adultos em comparação com os jovens. Os autores discutem sobre o possível efeito da história de reforçamento e exposição a relações entre gênero e brinquedos ter sido diferente para cada grupo devido ao contexto social e histórico no qual se desenvolveram.

A pesquisa de Teixeira et al., (2021) foi conduzida por meio da aplicação do IRAP para aferir vieses positivos e negativos sobre fotos de casais homossexuais (HM) e heterossexuais (HT) em cenas românticas. Participaram 35 homens (18 homossexuais e 17 heterossexuais autodeclarados) os quais foram avaliados sobre seus vieses explícitos a relações amorosas homossexuais e heterossexuais diante de uma escala; todos os participantes mostraram vieses explícitos positivos às relações heterossexuais e homossexuais. Acerca dos vieses implícitos medidos pelo IRAP, o grupo de participantes heterossexuais demonstrou significativo viés positivo para ambas as relações. Verificou-se que o grupo de participantes homossexuais apresentou viés implícito positivo para relação HM e viés implícito neutro para relação HT. Os estudos de Teixeira et al., (2021) e Bortoloti et al., (2021) indicam que futuras pesquisas devem ampliar a caracterização de participantes afim de compreender como os vieses explícitos e implícitos, os quais compõem molduras relacionais de preconceitos, impactam na formação e manutenção de comportamentos simbólicos.

Análise documental

Laurenti et al., (2019) propuseram uma análise documental que se enquadra na categoria II “Gênero e Sexualidade”. As autoras investigaram a relação entre mulheres na comunidade analítico-comportamental e suas posições acadêmicas. Os resultados somaram-se a dados internacionais indicativos de que quanto maior o prestígio do cargo acadêmico,

menor as chances de mulheres ocupá-los. As autoras discutiram que a comunidade analítico-comportamental está inserida na comunidade ocidental e, portanto, reflete suas práticas machistas e patriarcais. Políticas científicas e sociais são sugeridas para dirimir a desigualdade de gênero identificada.

Discussão

Por meio dos 26 artigos e textos selecionados para esta revisão buscou-se categorizar e analisar a produção analítico-comportamental brasileira sobre gênero e sexualidade. Todos os trabalhos analisados fizeram uso do instrumental conceitual do comportamentalismo radical como análise de contingências, níveis de seleção do comportamento como metáfora interpretativa e pragmatismo filosófico (Baum, 2006). A aceleração positiva de publicações encontradas nos últimos cinco anos pode sugerir que as transformações sociais na direção de direitos civis por meio dos movimentos afirmativos afetaram as práticas de pesquisa deste campo científico. Se a inserção da AC na produção revela (ou não) um claro posicionamento político em defesa das minorias identitárias existentes é algo que ainda merece análise.

As produções encontradas fizeram explícitas relações com outras áreas do conhecimento (Fontana & Laurenti, 2020; Lanoni, 1997; Menezes, 2005; Sant’Ana, 2003; Sant’Ana et al., 2018; Silva et al., 2007) sobretudo apontando convergências e contribuições a partir de teorias feministas (Carneiro & Santos, 2021; Couto & Dittrich, 2017; Fontana & Laurenti, 2020; Laurenti et al., 2019; Nicolodi e Hunziker, 2021) para compreensão sobre gênero e sexualidade. As diferenças epistemológicas e metodológicas são claras entre áreas, porém percebe-se em comum as posturas antiessencialistas, historicistas, materialistas e engajadas na possibilidade de transformação social, tecendo considerações substanciais sobre gênero e sexualidade.

O diálogo teórico entre AC e outros campos teóricos e práticos (e.g., feminismos) para interpretação dos fenômenos sociais foi destacada por Ruiz (2000) e recentemente incentivada por Conine, et al. (2022), De Felice e Diller (2019) e Szabo (2020). Esta prática dialógica pode favorecer a comunida-

de analítico-comportamental a apresentar suas propostas e tecnologias à comunidade, dentro e fora da academia, destacando o compromisso com a transformação social e estabelecimento de ambientes afirmativos e receptivos à diversidade humana.

Outro destaque a partir dos resultados desta revisão é que os artigos abordaram tanto “sexo e saúde sexual” (categoria I) quanto “gênero e sexualidade” (categoria II) a partir de uma perspectiva funcionalista e contextual, ou seja, contrária a qualquer concepção patologizante e internalista. As produções foram desfavoráveis a práticas “terapêuticas” de reversão e readequação de gênero e sexualidade. Este dado contrasta com os resultados da revisão de literatura feita por Carvalho et al., (2011) sobre o tratamento dado a homossexualidade no periódico JABA (*Journal of Applied Behavior Analysis*); os autores encontraram cinco publicações (anteriores a década de 1980 e aos movimentos sociais e científicos que culminaram no posicionamento de SEAB e LeBlanc 2020) com viés patologizante sobre a homossexualidade. A revisão de Costa-Júnior (2020) também identificou artigos internacionais de AC que utilizaram procedimentos aversivos para “tratamentos” de reversão a sexualidades e gêneros não-confórmicos no mesmo período das publicações encontradas por Carvalho et al., (2011). Levantou-se duas possíveis hipóteses, uma legal e outra conceitual, que podem estar relacionadas com os artigos identificados na presente revisão.

Sobre a hipótese legal compreende-se que a retirada da homossexualidade como patologia da Classificação Internacional de Doenças (CID), a publicação da Resolução 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o relatório *Task-force* da *American Psychological Association* (APA) de 2009 tiveram impacto tanto sobre produção científica quanto sobre as práticas clínicas⁶. Esta revisão identificou somente um capítulo anterior a publi-

cação do CFP (e.g., Lalon, 1997) e cinco anteriores à publicação da APA (Lalon, 1997; Menezes, 2005; Sant’Ana, 2003; Silva et al., 2007; Souza e Bueno, 2008) e os mesmo não abordam sexualidade e gênero não-confórmicos como desviantes ou patológicos. Esses resultados encontrados na literatura nacional são opostos aos encontrados por Carvalho et al., (2011) na literatura internacional. Destaca-se que os periódicos e as coletâneas analisadas nesta atual revisão tiveram suas primeiras edições no final da década de 1990 e início dos anos 2000 (REBAC, 1ª edição 2005; *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 1ª edição 2010; *Revista Brasileira de Terapia Cognitivo e Comportamental*, 1ª edição 1999; *Acta comportamentalia* 1ª edição 1993, *Sobre Comportamento e Cognição* 1º volume em 1997 e *Comportamento em Foco* 1º volume em 2011) os artigos revisados por Carvalho et al., (2011) e Costa-Júnior (2020) acerca de práticas de terapia de reversão são internacionais e anteriores a 1980.

A hipótese conceitual refere-se ao fato de que sob o prisma do comportamentalismo radical aspectos filogenéticos, ontogenéticos e culturais interrelacionam-se na compreensão do comportamento humano. Desta perspectiva a diversidade do comportamento humano é interpretada por grupos que definem regras e padrões de comportamento, em classes conceituais como heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, gênero masculino, gênero feminino e etc.. Se a sensibilidade às consequências, o histórico de reforçamento individual, as operações estabeledoras e as práticas culturais afetam os indivíduos de forma idiossincrática, a variabilidade de padrões comportamentais selecionados pelos três níveis de seleção é significativamente alta, e essa diversidade é imprescindível para manutenção da espécie e da cultura (Mallot, 1999). Assim as pesquisas antiéticas com experimentos que testaram procedimentos para reverter ou readequar gênero e sexualidade de participantes anteriores a 1980 são inconsistentes com o comportamentalismo radical e não representam atualmente as práticas deste campo de conhecimento (Conine et al. 2022; Costa-Júnior, 2020; SEAB, e LeBlanc, 2020).

Há consistente conjunto de referências em AC que destacam o papel social e cultural das agências

6 Resolução do CFP proíbe a/o psicóloga/o de trabalhar na direção de reversão de sexualidades não-heteronormativas, ou em quaisquer manifestações de uso da ciência psicológica para coercitivamente oprimir populações com práticas homoeróticas. O resultado da *Task-force* da APA foi contundente sobre a ineficácia das “terapias” reversivas bem como os perigos e efeitos iatrogênicos destas práticas a populações LGBTQIAP+ em sofrimento psicológico.

de controle ao estabelecerem padrões normativos para gênero e sexualidade, deve-se recair sobre estas agências as propostas de modificação para ampliar as possibilidades de experiências de gênero e sexualidade (Couto, 2019; De Felice & Diller, 2019; Menezes, 2005; Mizael, 2019; Nicolodi & Arantes, 2019; Ruiz, 1995, 1998, 2003; Sant’Ana, 2003; Sant’Ana, Souza, & Melo, 2018; Silva et al., 2007; Szabo, 2020). As práticas sexuais e as identidades de gênero são compreendidas nas produções aqui revisadas como aprendidas e mantidas por contingências de reforçamento (Menezes, 2005; Mussi & Malerbi, 2020; Sant’Ana et al., 2018; Silva et al., 2007). Considerando a intersecção entre aspectos legais e conceituais na determinação na produção científica e de práticas de analistas do comportamento, concorda-se com Conine et al. (2022) sobre a importância de associações e organizações analítico-comportamentais brasileiras explicitarem seu desacordo com práticas de reversão da sexualidade e adequação de gênero. Sobretudo, destacarem o comprometimento com a defesa e qualidade de vida das minorias sexuais e gênero, assim como a pessoas submetidas a outros marcadores sociais (e.g., raça, classe, idade, prática religiosa).

Em síntese, os artigos e capítulos encontrados por esta revisão apresentaram um posicionamento não-patológico sobre gênero e sexualidades não-confórmicas. Esse dado pode estar relacionado à influência de determinações legais e científicas que proíbem e desacreditam práticas e “tratamentos” de reversão e readequação, uma vez que os artigos e capítulos identificados na literatura nacional são mais contemporâneos em relação à literatura internacional. De maneira complementar, a clareza e congruência com os princípios comportamentalistas radicais subjacente a compreensão contextual e multideterminada sobre o comportamento humano certamente têm influência nessas produções. Além disso, a cultura e o ambiente social têm papel preponderante na determinação do comportamento e na configuração das práticas culturais (Skinner, 1981). Assim, práticas culturais nocivas (i.e., preconceito, discriminação) podem ser investigadas sob o ponto de vista científico (e.g., observar, descrever, explicar, prever e controlar) e avançar no processo de transformações através do desenvolvimento de tecnologias para defesa e ampliação dos

direitos civis a minorias sociais (Conine et al., 2022; Chinazzo et al., 2021; Mizael, 2018, 2019; Mussi & Malerbi, 2020;).

A preponderância de artigos no estudo de gênero e sexualidade como produto de três níveis de seleção em comparação a vieses restritivos e patologizantes coaduna com o resultado de revisões anteriores (i.e., Couto & Dittrich, 2017; Carvalho et al., 2011; Mizael, 2018), indicando um crescimento na produção analítico-comportamental sobre o tema.

A partir da síntese dos artigos encontrados pode-se observar lacunas nos estudos: (a) focarem nas identidades binárias como heterossexualidade e homossexualidade, masculinidade e feminilidade, sobretudo as definindo enquanto categorias discretas; (b) ausência de pesquisas acerca da saúde sexual feminina e de identidades não-cisheterossexual. Para superar esta limitação linhas de pesquisas conceituais, experimentais, clínicas e culturais precisam ser desenvolvidas, bem como grupos de trabalho específicos para integrar e ampliar o escopo da AC nesta área.

Pesquisas teóricas foram mais frequentes do que pesquisas experimentais e estudos de caso. Talvez, por ainda ser recente a interlocução da AC com pesquisas de gênero e sexualidade, a ausência destes debates de forma explícita na obra skinneriana (Villa & Melo, 2021) e o histórico de experimentos antiéticos contra comunidade LGBTQIAP+ (Costa, 2020) dificultem uma configuração de investigações empíricas. Porém, esses dados históricos precisam de superação se se almeja contribuir com a tecnologia comportamental no avanço dos direitos às mulheres e à comunidade LGBTQIAP+. Uma vez que o diferencial da AC com referência à outras proposições teóricas das ciências humanas é seu rigor teórico-conceitual para o delineamento de condições efetivas e eficazes que podem ser aplicadas para diminuição de comportamentos preconceituosos, discriminações e violências contra minorias sociais. Um exemplo tem sido o uso de metodologias que medem atitudes implícitas preconceituosas, como nas pesquisas que utilizaram o IRAP (Bortoloti et al., 2021; Teixeira et al., 2021) e o procedimento de *matching-to-sample*, possibilitando interpretações teóricas baseadas em dados empíricos dos efeitos do condicionamento social sobre a percepção das diferenças de gênero e sexuais.

Parece necessário compreender como a seleção de práticas sociais aversivas à comunidade LGBTQIAP+, a pessoas do gênero feminino e gêneros não-confórmicos se mantêm, e como podem ser modificadas. Carneiro e dos Santos (2021) apresentaram as possibilidades de assumir valores éticos feministas com base em bell hooks na prática clínica comportamental indicando que a clínica psicológica é um ambiente científico e político de ação para transformação social. Pode-se, enquanto comunidade científica, ampliar as caracterizações das/os participantes de pesquisa favorecendo interpretações interseccionais acerca do controle aversivo exercidos sobre grupos historicamente subalternizados (Ribeiro, 2017, 2018, Akotirene, 2019; Mizael, 2019).

Sobre as limitações desta revisão aponta-se (a) artigos e capítulos não publicados em periódicos e coletâneas específicas de AC não foram resgatados, diminuindo o *n* encontrado nesta revisão do *n* real de publicações de AC sobre gênero e sexualidade; (b) os artigos encontrados nas coletâneas não são geralmente considerados em revisões sistemáticas de literatura devido aos critérios adotados pela editoração e publicação destes veículos. Outras possíveis limitações desta pesquisa foram (c) a busca feita com base nos títulos, e não no conteúdo dos textos publicados pelas coletâneas SCC e CF (viés de publicação), (d) o erro humano na seleção dos materiais por meio de leitura (viés de linguagem). Para melhorar a abrangência dessa revisão e a compreensão do cenário nacional em pesquisas sobre o tema, futuras revisões podem categorizar os trabalhos apresentados nos encontros nacionais da ABPMC e em Jornadas de Análise do Comportamento (JAC's).

Considerações finais

Esta revisão verificou que a produção brasileira de AC acerca de gênero e sexualidade tem aumentado nos últimos anos sob uma ótica contextual e funcional das práticas sexuais e das identidades de gênero. Há relações com outras áreas do conhecimento respeitando diferenças epistemológicas, estabelecendo e demonstrando que as/os pesquisadoras/es em AC no cenário nacional têm aumentado

a participação em discussões sobre gênero e sexualidade. Este dado indica uma revisão na afirmação inicial deste manuscrito sobre a ausência da AC nos debates acerca de gênero e sexualidade como também indica um caminho profícuo de pesquisa e prática comportamental contemporânea.

De maneira geral, esta proposta localizou estudos que demonstram que contingências de reforçamento (e.g., reforçamento diferencial comportamento governado por regras, equivalência de estímulos, molduras relacionais, coerção e controle aversivo, poder e agências de controle) estão envolvidas nas práticas sociais de caracterizar, manter, suprimir e controlar comportamentos com base nos critérios culturais estabelecidos para gênero e sexualidade. A comunidade de AC brasileira pode ampliar o número de pesquisas na direção de apresentar as possibilidades interpretativas sobre gênero e sexualidade e delinear propostas interventivas para diminuir a desigualdade e discriminação contra esses grupos sociais, dentre outras possibilidades, incluindo considerar a importância de um debate interseccional em suas propostas investigativas.

Referências

- Abib, J. D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15(3), 237-247. <https://doi.org/10.1590/S0102-37721999000300007>
- ANTRA (2022). Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021. *Associação Nacional de Travestis e Transexuais e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos*. Florianópolis: ANTRA, ABGLT.
- Akotirene, C. (2019). *O que é interseccionalidade*. São Paulo: Pólen.
- American Psychological Association. (2009). *Report of American Psychological Association task force on appropriate response to sexual orientation*. <https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/therapeutic-response.pdf>
- Anzaldúa, G. (1981/2000). Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, 8(1), 229-236. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Arruda, M. C., & De-Farias, A. K. (2009).

- Multideterminação de uma disfunção sexual: um breve estudo de caso. In Wielenska, R. C., (org.). *Sobre comportamento e cognição: desafios, soluções e questionamentos vol. 24*. ESETec: Santo André.
- Bailey, J. M., Vasey, P. L., Diamond, L.M., Breedlove, S. M., Vilain, E., & Epprecht, M. (2016). Sexual Orientation, Controversy, and Science. *Psychological Science in the Public Interest*, 17(2), 45-101. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1177/1529100616637616>
- Baires, N. A., & Koch, D. S. (2019). The Future is female (and behavior analysis): a behavioral account of sexism and how behavior analysis is simultaneously part of the problem and solution. *Behav Anal Pract*, 13(1), 253-262. <https://doi.org/10.1007/s40617-019-00394-x>
- Batista, A. P., Toni, C. D., & Sabbag, G. M. (2014). Como compreender e intervir questões específicas do desenvolvimento infantil: birra, treino de toalete e sexualidade. In Vich, C. et al., (org.), *Comportamento em foco 3*. ABPMC: São Paulo.
- Baum, W. (2006). *Compreender o behaviorismo*. Artmed: Porto Alegre.
- Bortoloti, R., Pinho, B. B. M., Oliveira, B. S., Andrade, C. D. P., Pacífico, L., & Huziwara, E. M. (2021). Investigação de vieses de gênero para brinquedos em adultos de duas faixas etárias por meio do Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP). *Perspectivas em Análise Do Comportamento*, 12(1), 228-234. <https://doi.org/10.18761/PAC.2021.v12.RFT.04>
- Ministério da Saúde (2008). *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT*. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf
- Brito, N. O., & Bueno, G. N. (2010). Disfunção erétil: um ensaio sobre sexualidade masculina. In Garcia, M. R. et al., (org.), *Sobre comportamento e Cognição: terapia comportamental e cognitivas vol. 27*. ESETec: Santo André.
- Butler, J. (2003/2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Carrara, K., Souza, V. B., Oliveira, D. R., Orti, N. P., Lourencetti, L. A., & Lopes, F. R. (2013). Desenvolvimento de guia e fluxograma como suporte para delineamentos culturais. *Acta Comportamentalia*, 21(1), 99-119.
- Carvalho, M. R., Silveira, J. M., & Dittrich, A. Tratamento dado ao tema “homossexualidade” em artigos do Journal of Applied Behavior Analysis: uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7(2), 72-81. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v7i2.1451>
- Cavalcanti, R. (2012). *Tratamento clínico das inadequações sexuais* São Paulo: Rocca.
- Chauí, M. (1987). *Repressão sexual essa nossa (des) conhecida*. Brasiliense: São Paulo.
- Chinazzo, I. R., Lobato, M. I. R., Nardi, H. C., Koller, S. H., Saadeh, A., & Costa, A. B. (2021). Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos ideação suicida e tentativas de suicídio em pessoas trans. *Ciência: Saúde Coletiva*, 26 (3), 5046-5056 <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.28532019>
- Conine, D. E., Campau, S. C., & Petronelli, A. K. (2022). LGBTQ+ conversion therapy and Applied behavior analysis: a call to action. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 55 (1), 6-18. <https://doi.org/10.1002/jaba.876>
- Connell, R., & Parse, R. (2015). *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). Resolução que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Costa-Junior, F. (2020). Sexualidade, diversidade sexual e ética na psicoterapia comportamental de queixas sexuais. In Bortolozzi, A. C., Carvalho, I. R., & Costa, T. G. *Saberes e atuações em sexualidade*. São Carlos: Pedro & João Editores.
- Couto, A. (2019). O empoderamento das mulheres sob uma perspectiva analítico-comportamental. In Mizael, T., & Pinheiro, R. (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp.143-176). Fortaleza: Imagine Publicações.

- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 8(2), 147-158. <https://doi.org/10.18761/PAC.2016.047>
- Cravo, F. A. M., Morais, M. A. S., & Almeida-Verdu, A. C. M. (2022). O uso do “implicit relational assessment procedure” na investigação sobre gênero: revisão sistemática. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 213-232. Doi: <https://doi.org/10.18761/VEEM.011.nov21>
- Davis, A. (1981/2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- De Felice K. A., & Diller, J. W. (2019). Intersectional Feminism and Behavior Analysis. *Behav Anal Pract* 12(4), 831-838. <https://dx.doi.org/10.1007%2Fs40617-019-00341-w>
- dos Anjos, K. P. L., & Lima, M. L. C. (2016). Gênero, sexualidade e subjetividade: algumas questões incômodas para a psicologia. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 10(2). <http://dx.doi.org/10.24879/201600100020059>
- Fazzano, L. H., & Gallo, A. E. (2015). Uma análise da homofobia sob a perspectiva da análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 23(3), 535-545. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-02>
- Fazzano, L. H., Mena, I. M., Dionísio, T. E. S., & Gallo, A. E. (2020). Análise do comportamento e população LGBT: revisão das produções de pós-graduação no Brasil. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 11(1), 052-062. <https://doi.org/10.18761/PAC.2020.v11.n1.05>
- Flores, E. P., Batista, M. V., Fagg, J., & Cavalcanti, H. O. F. (2012). B.F. Skinner e a modernidade: Notas a partir de uma comparação com M. Foucault. *Acta Comportamentalia*, 20(2), 185-199.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Graal: Rio de Janeiro.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade: a vontade de saber*. Graal: Rio de Janeiro.
- Fry, P., & McRay, E. (1985). *O que é homossexualidade?* Brasiliense: São Paulo.
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: part of the problem or part of the solution. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. <https://dx.doi.org/10.1901%2Fjaba.1978.11-163>
- hooks, b. (2019). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Junqueira, R. (2013). A pedagogia do armário: a normatividade em ação. *Revistas Retratos da Escola*, 7(13), 481-498. <https://doi.org/10.22420/rde.v7i13.320>
- Kaplan, H. (1974). *The new sex therapy*. New York: Brunner Mazer .
- Laloni, D. T. (1997). Exacerbação sexual. In Zamingnani, D. R., (org). *Sobre comportamento e cognição: a aplicação da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental no hospital geral e nos transtornos psiquiátricos* (vol.3). ARBytes: São Paulo
- Laurenti, C., Jesus, L. S., Nogueira, L. N., Sales, S. C., Risolia, I. W., & Strapasson, B. A. (2019). Participação das mulheres em atividades acadêmico-científicas de Análise do Comportamento no Brasil. *Acta Comportamentalia*, 27(2), 251-268.
- LeBlanc, L. A. (2020). Editor's note: societal changes and expression of concern about Rekers and Lovaas' (1974) behavioral treatment of deviant sex-role behaviors in male child. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 53(4), 1830-1836. <https://doi.org/10.1901/jaba.1977.10-553>
- Li, A., Gravina, N., Pritchard, J. K., & Poling, A. (2019). The Gender Pay Gap for Behavior Analysis Faculty. *Behav Anal Pract*. 12(4), 743-746. <https://dx.doi.org/10.1007%2Fs40617-019-00347-4>
- Louro, G. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, G. (2018). *Um corpo estranho*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. (org.). (2019). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Malott, R.W. (1996). A Behavior-Analytic View Of Sexuality, Transsexuality, Homosexuality, and Heterosexuality. *Behav. Soc. Iss*. 6, 127-140. <https://doi.org/10.5210/bsi.v6i2.286>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2011). *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Menezes, A. B. (2005). Questões culturais na determinação do comportamento humano. In Guilhardi, H. J., & Aguirre, N. C. (org.), *Sobre*

- comportamento e cognição: expondo a variabilidade vol. 15.* ESETEC: Santo André.
- Miskolci, R. (2017). *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças.* Belo Horizonte: Autêntica.
- Mizael, T., & Pinheiro, R. (2019). *Debates sobre feminismo e análise do comportamento.* Fortaleza: Imagine Publicações.
- Mizael, T. (2019). Pontes entre o feminismo interseccional e a análise do comportamento. In Mizael, T., & Pinheiro, R. (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento.* Fortaleza: Imagine Publicações.
- Mizael, T. M. (2018). Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: análise da produção científica. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 9(1), 15-28. <https://doi.org/10.18761/PAC.2017.011>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *PLoS Med*, 6(7), 1-6. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Mussi, S. V., Malerbi, F. E. K. (2020). Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para pessoas LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva.* <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1438>
- Nicolodi, L., & Arantes, A. (2019). Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. In Mizael, T., & Pinheiro, R. (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento.* Fortaleza: Imagine Publicações.
- Nordyke, N. S., Baer, D. M., Etzel, B. C., & LeBlanc, J. M. (1977). Implications of the stereotyping and modification of sex role. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10(3), 553-557. <https://dx.doi.org/10.1901%2Fjaba.1977.10-553>
- Oyèwumí, O. (2017). *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género.* Bogotá: Editora em la frontera.
- Porto, T. H. (2020). Devemos olhar para o sexo do sujeito para entender seu comportamento? In Bolsoni-Silva, A. T. et al., (org.), *Comportamento em foco: clínica e saúde vol.10.* ABPMC: São Paulo.
- Quinalha, R. (2022). *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias.* Belo Horizonte: Autêntica.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras.
- Rocha, C. A. A. (2015). Some preliminary notes on utopianism, postmodernism and behavior analysis. *European Journal of Behavior Analysis*, 16(2), 163-177. <https://doi.org/10.1080/15021149.2015.1092278>
- Rother, E. T. (2007). Editorial: revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2). <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Rubin, G. (2017). O tráfico de mulheres. In Rubin, G. *Políticas do sexo.* São Paulo: Ubu Editora.
- Ruiz, M. (1998). Personal Agency in Feminist Theory: Evicting the Illusive Dweller. *The Behavior Analyst*, 21(2), 179-192. <https://doi.org/10.1007/bf03391962>
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Psychology of Women Quarterly*, 19, 161-179.
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12-16. <http://dx.doi.org/10.1037/h0100005>
- Sá, C. P. (1975). Sobre o poder em Foucault e o controle em Skinner. *Epistemologia, Pesquisa e Diagnóstico em Psicologia*, 39(2), 136-145.
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado e violência.* São Paulo: Perseu Abramo.
- Sant'Ana, V. L. P. (2003). Identidade sexual e identidade de gênero. In Brandão, M. Z. S. et al., (org.), *Sobre comportamento e cognição: clínica, pesquisa e aplicação vol. 12.* ESETEC: Santo André.
- Sant'Ana, V. L. P., Souza, F. H. S., Melo, C. M. (2019). Uma discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual no comportamentalismo radical. In. Bolsoni-Silva, A. T. et al., (org.). *Comportamento em foco 9: análises teóricas, educação e questões sociais.* São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental.

- Savin-Willians, R. C. (2016). Sexual orientation: categories or continuum? commentary on Bailey et al., (2016). *Psychological Science in Public Interest*, 17(2), 37-44. <https://doi.org/10.1177%2F1529100616637618>
- Scott, J. (1990/1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 15(2), 71-99.
- Silva, A. I., Isidro-Marinho, G., & Mousinho, L. (2007). Terapia sexual sob a perspectiva analítico-comportamental. In Starling, R. (org.), *Sobre comportamento e cognição: temas aplicados vol.19*. ESEtec: Santo André.
- Silva, E. C., & Laurenti, C. (2017). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “a mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211. <https://doi.org/10.18761/pac.2016.009>
- Skinner, B. F. (1953/2003) *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes.
- Skinner, B. F. (1974/2006). *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix.
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and Society*. New Jersey: Pritice-Hall
- Skinner, B. F. (1991). *Questões recentes em análise do comportamento*. São Paulo: Papirus.
- Souza, R. C., & Bueno, G. N. (2008). Do comportamento sexual à disfunção sexual: um estudo de caso. In Silva, W. C. M. (org.), *Sobre comportamento e cognição: análise comportamental aplicada vol. 21*. ESEtec: Santo André.
- Szabo, T. G. (2020). Equity and Diversity in Behavior Analysis: Lessons From Skinner (1945). *Behavior Anaysis in Practice*. 13, 375-386. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1007/s40617-020-00414-1>
- Teixeira, M. K., de Almeida, J. H., Bortoloti, R., & Huziware, E. M. (2021). Comparação entre medidas implícitas e explícitas na avaliação de casais homoafetivos e heteroafetivos. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 12(1), 235-248. <https://doi.org/10.18761/PAC.2021.v12.RFT.08>
- Walendorf, J. K., Almeida, T., & Lourenço, M. L. (2014). O enfoque da análise experimental do comportamento a serviço da educação sexual: histórico e agenda. In Vich, C. et al., (org.), *Comportamento em foco 3*. ABPMC: São Paulo.
- Winkler, R. C. (1977). What types of sex-role behavior should behavior modifiers promote? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10, 549-552. <https://dx.doi.org/10.1901%2Fjaba.1977.10-549>
- Wittig, M. (1992). O pensamento hétero. https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_.pdf

Histórico do Artigo

Submetido em: 22/03/2022

Aceito em: 01/09/2022

Editor Associado: Camila N. Comodo